



A formação inicial de professores tem sido um tema bastante frequente no Boletim SPEF. É positivo que assim seja e na situação de excepcional confusão que vivemos na formação inicial de professores de Educação Física em Portugal diria mesmo que é vital trazer recorrentemente este tema à coacção.

Este é aliás um tema incontornável numa altura em que as metas estabelecidas no processo de Bolonha para 2010 foram recentemente antecipadas para 2005.

Na verdade, 2005 é já “amanhã” e quase nada tem sido realizado no sentido da harmonização dos currículos de formação inicial em Educação Física.

É imperativo dedicar especial atenção a este assunto, pois o movimento parece imparável. Poderá apanhar-nos melhor ou pior preparados mas parece inevitável a transformação da qualificação no ensino superior. Julgo que poderíamos analisar este assunto na interacção entre três processos em tensão. Por um lado a **globalização** que enquadra socioeconomicamente todo este processo de convergência de uma forma que a meu ver é espontânea e, portanto, incontrolada. Um processo de **integração**, que é político, intencional e que se desenvolve por iniciativa dos dirigentes. E um processo de **harmonização**

que temos que enfatizar como processo que tem que assentar no respeito pelas culturas e pelos princípios pedagógicos e que só pode, por isso, ser promovido por cada um de nós e por todos nós.

Devemos relembra que a *Declaração de Bolonha* estabelece como “objectivos prioritários”:

- A Adopção de um sistema de graus comparáveis, baseados em dois ciclos principais, em que para o primeiro se aponta uma tendência para durar apenas 3 anos e ser direccionado para o mercado de trabalho.
- A Implementação de um Diploma Europeu Complementar, para aumentar a transparência dos títulos e a sua relação laboral.
- O Estabelecimento de um sistema de créditos (ECTS, *European Credit Transfer System*).
- O Reconhecimento dos créditos obtidos noutros contextos não incluídos no sistema do ensino superior.
- A Promoção da dimensão europeia na formação superior: cooperação interinstitucional, programas de estudo integrados, etc.
- A Eliminação dos obstáculos para a livre mobilidade.
- A Promoção de um sistema de garantia da qualidade a nível europeu.

Os subscritores da declaração (Portugal incluído) realizaram um apelo no sentido de se promoverem planos de estudos que simultaneamente combinassem a qualidade académica com as necessárias respostas sociais tendo em atenção o mercado de trabalho, convidando as instituições de ensino superior a desempenharem um papel activo na regulação da qualidade e do ajustamento da formação em termos de procura e oferta. Reafirmaram também que a qualidade é a condição fundamental que deve suportar a confiança, a relevância, a mobilidade, a compatibilidade e a atractividade do sistema do ensino superior.

Para concretizar o processo de harmonização devemos iniciar o debate reflectindo acerca do espaço social se esperara que os futuros diplomados venham a ocupar para que, a partir daí, se possam estabelecer os currículos em cada um dos níveis previstos na declaração de Bolonha. Este espaço de intervenção ditará, conseqüentemente, quais os desempenhos profissionais que se têm em expectativa, esclarecendo as competências com que devem ser exercidos. É a resposta a estas questões que permitirá definir as finalidades e os alvos da formação que, por sua vez, conduzirão à selecção dos conteúdos e à definição de estratégias.

Assim, a formação deve ser estruturada e doseada de modo a permitir a aquisição de competências pertinentes para esse futuro, feito necessariamente de carreiras paralelas, mas tendo presente a sua ancoragem ao domínio das actividades físicas, embora estas se desenvolvam em diferentes contextos (desporto, educação, saúde, turismo, etc.).

Assim, torna-se urgente alcançar alguma sintonia a nível nacional e posteriormente a nível europeu acerca das seguintes questões:

1 – Quais os perfis profissionais para os quais preparamos os nossos estudantes e que resultados desejamos alcançar em termos de saberes, saberes-fazer, valores e competências?

2 – Quais os modelos e estruturas curriculares que devem ser adoptados para assegurar em cada área o reconhecimento e a integração dos diplomas?

3 – Como elaborar uma metodologia capaz de analisar os elementos comuns e as áreas de especificidade e diversidade com vista à sua adequação?

4 – Como identificar os principais obstáculos que se colocam ao processo de convergência ao nível das estruturas e ao seu próprio processo de desenvolvimento?

5 – Como estabelecer uma plataforma que a nível nacional e depois europeu promova esta discussão envolvendo os académicos e as estruturas de representação profissional e científica?

São estes os desafios a que o Sistema de Ensino Superior e as Organizações não Governamentais ligadas ao movimento associativo na área da Educação Física e do Desporto têm que responder.

O artigo subscrito por Marcos Onofre “Das Características do Conhecimento Prático dos Professores de Educação Física às Práticas da sua Formação Inicial” ajudanos na compreensão da forma como o conhecimento dos professores se constrói, tra-

zendo à reflexão aspectos nucleares do debate que se tem que estabelecer entre as instituições que têm a seu cargo a formação inicial de professores.

Maria da Guia Oliveira do Carmo é a autora do segundo artigo da secção de educação deste número do Boletim da SPEF. O artigo intitula-se “Espaços e Actividades Desportivas Escolares: Contributo para a Igualdade de Oportunidades no Acesso ao Lazer Activo, para as Populações Feminina e Masculina” e corresponde a uma investigação desenvolvida no sentido verificar em que medida o género influencia o tipo de actividades que são praticadas nos momentos de lazer.

“O Exercício Físico Prolongado: a Hipótese da Fadiga Central” é o título do artigo assinado por Francisco Bessone Alves e Paulo Armada. Estes autores traçam um quadro muito actualizado sobre o conhecimento que nos últimos anos tem sido produzido acerca dos mecanismos associados ao fenómeno da fadiga central. Para além da descrição do que se sabe hoje sobre este mecanismo, os autores reportam-se a aspectos praticos do seu controlo, evidenciando os aspectos determinantes para o treino do praticante desportivo nos escalões etários mais jovens.

Flávia Yázigi desenvolve uma revisão da literatura acerca da “Influência da Temperatura da Água na Performance em Hidroginástica”. A autora reporta-se às consequências fisiológicas que são induzidas pelo efeito da temperatura da água no sujei-

to que desenvolve actividade física submerso. Analisa fundamentalmente os mecanismos termo reguladores em temperaturas superiores à 33°C.

Professores, treinadores e praticantes desejam certamente garantir a segurança nas actividades físicas e evitar traumatismos que podem ter consequências graves principalmente para as crianças e jovens. O artigo intitulado “Prevenção de Lesões Desportivas” da autoria de Augusto Gil Pascoal analisa os factores de risco que podem estar subjacentes à participação nas actividades físicas, apontando caminhos para os reduzir e controlar.

